

Simonsen mostra perigo da pós-fixação

O ex-ministro Mário Henrique Simonsen admitiu ontem que a generalização do uso da correção monetária nos empréstimos pode até determinar uma alta dos juros, se a inflação não ceder. E sugeriu que haja paralelamente um programa antiinflacionário, certamente para não romper quaisquer expectativas favoráveis criadas em torno das decisões desta semana do Conselho Monetário Nacional.

A advertência de Simonsen está correta: o índice de correção fixado para setembro é de 7%. Admitindo que os juros sejam de 1,5% ao mês, o custo do dinheiro por um empréstimo de 30 dias seria de 8,5%, o que é mais do que o custo pré-fixado. Atualmente, um empréstimo por 30 dias num banco comercial custa cerca de 7,5% ao mês, descontados antecipadamente, o que resulta 8,1% de taxa efetiva.

Se a correção de 7% ao mês



Simonsen: calculando.

persistisse durante um ano, o custo de um empréstimo, inclusive o IOF, sairia por 161% ao ano, o que é mais do que os juros atuais.

Mantida uma correção monetária semelhante ou igual à inflação, portanto, haverá um período, estimado inicialmente em 6 meses, no qual os juros não tenderão a cair.

A principal incerteza portanto fica reduzida à atitude do governo. Se a correção monetária for realista, para estimular a poupança financeira, a variação dos juros dependerá da inflação, podendo por-

tanto, num primeiro momento, até ser positiva.

A redução dos juros, que será eventual, ocorrerá somente à medida em que a remuneração dos bancos ficar mais evidente, como argumenta a Fiesp, mas principalmente porque os bancos irão concorrer dentro de um mercado semelhante: o de correção posterior, ou pós-fixada.

O desconto de duplicatas ainda está fora da correção pós-fixada, apesar da versão em contrário, divulgada no meio da semana. Mas não deverá ser por muito tempo, principalmente se o sistema funcionar melhor. Os bancos e o sistema financeiro estão mais atados ao governo do que antes, e perderam mais uma fatia do seu direito de aplicar livremente recursos, uma vez que 10% dos ativos irão para financiamentos agrícolas.

Fábio Pahim Jr.